



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
2ª Diretoria de Controle Externo

TCE-TO

Fls: _____

PROCESSO Nº	1920/2012 04/volume
ÓRGÃO	Secretaria da Fazenda
CONTRATADA	Tocantins Market – Análise e Investigação de Mercado LTDA
ASSUNTO	Tomada de Contas Especial
DANO ESTIMADO	R\$220.216,85
RESPONSÁVEL	Marcelo Olímpio Carneiro Tavares
PROCESSOS	2009/2529/00207 e 00445
CONTRATO	028/2009
VALOR DO CONTRATO	1.302.456,60
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Pregão Presencial para Registro de Preço Nº 116/2008

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE DEFESA Nº 02/2013

Após análise dos autos em epígrafe contendo os esclarecimentos e justificativas elencam-se as considerações técnicas desta Diretoria, quanto ao teor das irregularidades e fatos detectados, observando o solicitado no **Despacho Nº 280/2012 (fls.945)**. Em cumprimento ao art. 5º. Inciso V, da Constituição Federal e Súmula TCU Nº 59, foi dado aos interessados: Sr. Marcelo Olímpio Carneiro Tavares – CPF. nº 508.404.601-04 Ex- Secretário de Fazenda do Estado e Sr. Esteve Lins – CPF. nº 231.629-450-20 representante da Empresa Market LTDA, - CNPJ. nº 04.038.104/0001-45 o direito de defesa, consoante nas **Citações: nº 137 e 138 de 2012 RELT2-CODIL e Edital de Citação 021/2012 RELT2-CODIL**.

Súmula TCU Nº 59:

“A **citação do responsável**, para apresentar alegações de defesa ou recolher o débito, constitui **formalidade essencial**, que deve preceder o **julgamento do processo dos responsáveis** por bens, valores e dinheiros públicos, pelo Tribunal de Contas”.

Salienta-se que a **manifestação decisiva** dos itens diligenciados fica a cargo do Corpo Especial de Auditores. Segundo Certidão Nº 165/2012 –RELT2/CODIL houve a citação dos acima mencionados sendo considerado **TEMPESTIVO** o cumprimento da diligência do Sr. Marcelo Olímpio Carneiro Tavares e **REVEL a Empresa Market LTDA**.



1) Das Alegações de Defesa da Empresa Market LTDA

Justificativas: Não houve Manifestação, o responsável pela Empresa Sr. Esteve Lins até o momento não se manifestou em relação a citação dirigida, sendo portanto considerado REVEL, para todo efeito, nos termos do art.216 do RI/TCE.

Análise da Justificativa: Considera-se como não regularizado.

2) Das Alegações de Defesa do Sr. Marcelo Olímpio Carneiro Tavares

Item diligenciado: Processo n° 01920/2012- A Comissão de Tomada de Contas Especial analisou os referidos autos demonstrando a apuração de possível dano. Emitiu relatório as folhas 007 a 020 concluindo que “ pela devolução parcial dos débitos apurados, evidenciando pelos responsáveis Sr. Marcelo Olímpio Carneiro Tavares e a empresa Tocantins Market Ltda, no valores de R\$217.076,10 e R\$3.140,75 totalizando R\$220.216,85 ” pelos fatos expostos e apresentados. Encaminhou o relatório ao gestor da Secretaria da Fazenda, Sr. José Jamil Fernandes Martins, para conhecimento e pronunciamento (fl. 81), o qual, concorda com as conclusões do referido relatório, inclusive pela devolução dos recursos no montante atualizado. O relatório apresenta embasamento jurídico no Regimento Interno do TCE, Instrução Normativa 014/2003 TCE/TO, na Lei 8.666/93, e edital do pregão realizado e outras normas adstritas ao assunto. O Relatório exarado pela Comissão de Contas Especial da Secretaria da Fazenda (fls 007/20) e ratificado pelo Relatório de Auditoria (fl.74/76) ; Certificado de Auditoria (fl.77/78) e Parecer Técnico SEFAZ/COF N°011/2011 (Fls.858/861), quantificando o dano, manifestaram-se “pelo ressarcimento ao erário no valor de R\$220.216,85”. Ressalta que houve a manifestação do Gestor do Contrato, Sr. Saulo Barreira Silva (fls.865/867) o qual, expõe motivos contrários ao item 3.1 e favoráveis ao item 3.2 do Parecer Técnico SEFAZ/COF N°011/2011 (fl.858/861). Pela análise dos autos conclui-se que a Controladoria Geral do Estado adotou os procedimentos adequados na instrução processual e que os trâmites foram cumpridos pela Comissão de Tomada de Contas Especial da Secretaria da Fazenda, que procedeu a apuração dos fatos. Assim, em função dos documentos acostados e analisados, depreende-se que houve dano ao cofre da SEFAZ, em razão da ausência da prestação de serviço, a qual trata as notas fiscais 0322 e 0325 no montante R\$217.076,00 processo n° 2009.2529.00278 e divergências no ressarcimento de contas telefônicas no valor de R\$3.140,00 processo n° 2009.2529.004, totalizando R\$220.216,85.

Justificativas do Gestor: Constam as justificativas nas fls. 954 a 958 (...) a responsabilidade apurada perante a Corte de Contas resulta de ato ilícito que cause dano ao Poder Público (...) o Código Civil exige a presença de requisitos essenciais para configurar a responsabilidade (...) não podendo imputar responsabilidades ao gestor que agiu no cumprimento dos ditames legais (...) a Imputação de débito carece de observância ao princípio da verdade material (...) a empresa e tampouco o gestor foram responsáveis pela impossibilidade de início das atividades de tele atendimento, visto que a ação necessária não estava sob a responsabilidade de nenhuma dessas partes, mas sim da empresa concessionária de Telefonia fixa (...)os técnicos sequer justificaram os motivos que os levaram a glosar tais despesas (...)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
2ª Diretoria de Controle Externo

TCE-TO

Fls: _____

Análise da Justificativa: Observa-se que o ex-gestor da pasta adverte que deve ser observado o princípio da verdade material para imputação de débito. Consideram-se os ensinamentos de **Celso Antônio Bandeira de Mello** no que tange a esclarecimentos do princípio supracitado: “*Consiste em que a Administração, ao invés de ficar restrita ao que as partes demonstrarem no procedimento, deve buscar aquilo que é realmente a verdade, com presidência do que os interessados hajam alegado e provado...*” (**MELLO**, Celso Antônio Bandeira de, *Curso de Direito Administrativo*, São Paulo, Malheiros, 2003, 17ª edição). Portanto nota-se que há escusa da responsabilidade quando a defesa afirma: “... a empresa e tampouco o gestor foram responsáveis pela impossibilidade de início das atividades de tele atendimento ...” porém ratifica que os serviços não foram prestados. Nota-se que o relatório de Tomada de Contas Especial fl.11 demonstra que a “... fatura paga integralmente, sem a devida prestação de serviço, inclusive informada pelo atestador e fiscal do contrato fls.134 e as fls.164...” . Uma vez demonstrado e informado a SEFAZ sobre a impossibilidade de iniciar as operações em função de atraso na ativação da linha telefônica, não poderia ser emitida nota fiscal e tampouco pagamento por serviços não prestados. Convém ressaltar que o Relatório de Auditoria (fl.74/76) ; Certificado de Auditoria (fl.77/78) e Parecer Técnico SEFAZ/COF N°011/2011 (Fls.858/861) corroboram no que tange a quantificação do dano causado ao erário, nessa esteira o atual gestor Secretaria da Fazenda, Sr. José Jamil Fernandes Martins, concorda com as conclusões do referido relatório (fl. 81). Destarte de acordo com os autos do processo há evidências que não houve a prestação de serviço, logo os pagamentos realizados tornam-se indevidos e passíveis de ressarcimento ao cofre público.

Encaminhem-se os autos à Douta Auditoria.

2ª DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS, aos 14 dias do mês de janeiro de 2013.

Cassiano Ferrari

Analista de Controle Externo

Matricula nº 24.337-6

Visto:

Diretora 2º DICE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) assinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/válidade do documento 'AD 2/2013'

CASSIANO FERRARI

Código de Autenticação: 7b92848c1dd75c8e39f2140d9c6c8a2c - 14/01/2013 15:59:01

DENIS LUCIANO PEREIRA ARAUJO

Código de Autenticação: 7c18f92bc0c65267715cbef1da3eb80b - 14/01/2013 16:00:07